

INTERSECÇÕES ENTRE HISTÓRIA E SOCIOLOGIA: ENTREVISTA COM RICHARD MISKOLCI

INTERSECTIONS BETWEEN HISTORY AND SOCIOLOGY: INTERVIEW WITH RICHARD MISKOLCI

Por Fernando de Figueiredo BALIEIRO* e
Semíramis Corsi SILVA**

Richard Miskolci é Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde coordena o Grupo de Pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações (<http://ppgs.ufscar.br/cis>). É bolsista produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2. Em sua trajetória acadêmica, desenvolveu e orientou pesquisas na intersecção entre sociologia e história, com ênfase na sociologia das diferenças e especialidade na temática da configuração de um regime de sexualidade brasileiro. Suas pesquisas, de amplo escopo, abordaram os aspectos sócio-históricos da consolidação de uma ordem sexual na virada do século XIX para o XX, centradas na análise de romances, bem como, na análise de documentação arquivística, buscando, inspirado nos estudos queer, uma leitura a contrapelo, crítica da ordem cultural hegemônica. Atualmente, coordena um projeto temático de pesquisas sobre subjetividades e (homo)sexualidades, o qual é centrado no estudo de mídias digitais. Autor de diversos artigos científicos, capítulos de livros e livros dos quais destacamos as obras *O Desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX* (2012) e *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (2012), além da organização de importantes dossiês, como o dossiê *Sexualidades Disparatadas* (2007), com Júlio Assis Simões, nos cadernos Pagu. Com rica experiência acadêmica em instituições brasileiras e norte-americanas, Richard Miskolci debate nesta entrevista temas relativos às conexões entre história e sociologia e a importância de perspectivas que vão além das limitações disciplinares.

* Doutor em Sociologia – Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar - São Carlos, São Paulo, Brasil. Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações na mesma universidade. Docente do Centro Universitário UniSEB em Ribeirão Preto. E-mail: fernandofbalieiro@gmail.com.

** Doutora em História – Programa de Pós Graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, campus de Franca. Franca, SP - Brasil. Membro do Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano – G.LEIR, UNESP/Franca. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br.

Primeiramente, conte-nos sobre sua formação. Sabemos que sua primeira formação acadêmica, sua graduação, foi na área de Economia, muito embora suas pesquisas desde então já apontassem para a interdisciplinaridade, focando na análise da obra de Thomas Mann. Como foi despertado em você o interesse pela Sociologia e pelas pesquisas sócio-históricas?

Fiz economia em um perfil de curso muito diferente do atual. Era um curso mais histórico do que a maioria. Além disso, a formação nele seguia duas características: primeiro, líamos apenas autores originais, ou seja, nada de comentadores, pois o objetivo era formar pessoas capazes de fazer leituras críticas e, segundo, havia uma preponderância de fontes “à esquerda”. Li Marx do primeiro dia de aula ao último. Era um exagero! Precisava de arejamento com outras fontes, o que logo me levou a estudar por conta própria Nietzsche e Freud. Dentro do curso, quando tive contato com Max Weber é que – pela primeira vez – senti interesse na Sociologia. Weber é um autor que até hoje me inspira. Mas foi quando buscava um objeto de pesquisa para iniciação científica que me deparei com Thomas Mann e algumas problemáticas que, de certa maneira, até hoje marcam minha produção acadêmica. No fundo, Mann é uma espécie de versão romancista de Weber, ambos filhos desgarrados da alta burguesia alemã: um pela arte e o outro pela sociologia. Ambos também marcados pela consciência de serem burgueses tortos. Mas a arte acenava com um tema que, no fundo, fez todo sentido para mim quando li a definição de Foucault sobre a economia como um saber que busca lidar com o desejo. Hoje acho que meu objeto desde então foi o desejo, seu caráter desestabilizador e que ainda tende a ser visto como incompreensível ou uma forma de ameaça à ordem social.

Sua formação em Economia de alguma forma está presente nas suas pesquisas marcadas pela ênfase na esfera da cultura?

A Economia foi a primeira ciência social, mas costuma ser pouco estudada pelos/as cientistas sociais atuais. Ela tem uma aura de cientificidade maior derivada de métodos mais rígidos, uma tendência à matematização, o que também se reflete na forma de estudar. Até hoje me pego lendo textos de sociologia segundo procedimentos que incorporei naquela época, mas acho que – no fundo – eram menos ligados à economia e mais ligados à proposta de meu curso de formar bons leitores, autônomos e capazes de analisar os textos criticamente. Mas a economia é fortemente estrutural e, no máximo, se

aproxima da sociologia quando ganha feições de economia-política. Meu curso tinha esse perfil, de economia-política, o que já era uma sofisticação, mas falta à economia o que me fez cada vez me distanciar dela: a esfera da ação social e da subjetividade. Foi buscando preencher essa lacuna de formação que fui em direção à cultura.

A relação entre a Sociologia e a História é uma das mais complexas no âmbito das Ciências Humanas, justamente pelo limite entre as duas áreas ser muito tênue. Uma das propostas dos *Annales*, que revolucionou a maneira de se conceber a historiografia na década de 1930, era a interdisciplinaridade. Houve, desta maneira, uma influência muito grande da Sociologia neste novo e decisivo paradigma de se estudar a História a partir da perspectiva da interpretação e não mais da simples narração. No entanto, mesmo após tantas décadas, há pouca produção acadêmica no Brasil voltada para a compressão dessa articulação. Em linhas gerais, como você pensa a articulação entre História e Sociologia nas suas pesquisas?

Faço parte de uma geração que se formou em meio às profundas transformações de fins dos anos 1980 e começo da década de 1990. Foi quando se gerou um contexto que costumávamos chamar de “mudança de paradigmas”. O fim da ditadura militar no Brasil e o fim do “socialismo real” permitiram repensar muita coisa. A interdisciplinaridade, naquele momento, era realmente uma possibilidade, era incentivada. Minha passagem da economia para a sociologia se deu por meio do contato que tive desde a iniciação científica com vertentes interdisciplinares centradas na cultura. De forma geral, era o marxismo culturalizado de duas vertentes: a Teoria Crítica e os Estudos Culturais. A Teoria Crítica é uma vertente culturalizada do marxismo que incorporava Weber e Freud, refletia sobre política e economia em análises – ao mesmo tempo – históricas, filosóficas e sociológicas. Os Estudos Culturais britânicos focaram na cultura como meio privilegiado para lidar com a experiência ou a estrutura de sentimentos que relatos históricos e sociológicos tradicionais tendiam a ignorar ou minorar em favor das grandes narrativas político-econômicas. Desde o início de minha carreira acadêmica lidei com fontes como essas, de forma que a articulação entre Sociologia e História era não apenas possível, mas desejável. Em meu trabalho ela se dá dentro de um eixo genealógico, no qual para compreender a sociedade presente é necessário reconstituir linhagens nem sempre explícitas entre o que somos, o que já fomos e, sobretudo, o que quisemos ser em outras épocas. Os desejos do passado não são compreensíveis sem a que respondiam, ideais e temores que moldaram nossa história e ainda moldam nossas relações sociais.

Suas pesquisas partem de temas não canônicos na área de Sociologia e sua metodologia muitas vezes se aproxima da área de História, por exemplo, em suas constantes visitas a arquivos, ao mesmo tempo em que seu trabalho tem uma repercussão significativa na sua área específica de conhecimento. Quais foram as dificuldades encontradas por você para desenvolver pesquisas nas fronteiras entre Sociologia e História?

A ênfase sociológica em um conhecimento construído a partir de fontes empíricas encontra apoio inestimável na História, em especial na pesquisa dos arquivos. As diferenças começam quando nos deparamos com a ausência ou a incompletude deles. O que não virou arquivo é fundamental para uma Sociologia que valoriza questões das diferenças de gênero, sexualidade e raça de forma que refletir sobre a alteridade nos arquivos é um exercício tão difícil quanto necessário. Nesse sentido, talvez o arquivo mesmo precise ser questionado como fonte incontornável se ele for o único meio de sancionar uma experiência ou reconhecer um saber. Refiro-me, claro, aos arquivos oficiais. Há muito que alguns historiadores e sociólogos recorrem a fontes diversas para lidar com esses limites. Basta lembrar como Max Weber cita a carta de Benjamin Franklin para definir inicialmente a ética protestante, depois a obras literárias e poéticas, sermões, em suma, fontes empíricas menos ortodoxas, mas também mais apropriadas ao seu objeto de investigação.

No meu caso, as fontes literárias foram um meio para me aproximar de experiências e problemáticas que o “arquivo oficial” tendia a achatar, ignorar ou, mais comumente, tornar secundário. Mas não se trata de uma fórmula, um procedimento a ser seguido por outros sem a devida reflexão e adaptação. Cada objeto de pesquisa tem suas particularidades, cada época histórica seu conjunto de arquivos e o desafio é fazer com que a investigação reconheça os limites do que lhe é disponibilizado para analisar. No caso de meu livro mais recente, *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*, centrar na literatura não foi apenas por ela ser uma fonte alternativa, mas uma fonte-meio que nos ensina a pensar de outra maneira sobre aquela época. Destaco o foco subjetivo socialmente reconhecido da obra literária, o qual entra em contraste – especialmente na virada do XIX para o XX – com as pretensões de objetividade dos documentos científicos. Isso para não mencionar os legais, governamentais, entre outros. A experiência subjetiva das elites letradas – e talvez até

mesmo das pessoas que tinham contato com a literatura por meio do hábito da leitura em voz alta – está presente na forma do romance.

Além disso, se trabalho historicamente, com certeza, não é com a história oficial, a comumente reconhecida como o relato do passado. O que me interessa é seguir mais na linha de uma contra-história, uma mais afeita aos temas das diferenças e que, frequentemente, se encontra com uma memória que contradiz o relato historiográfico tradicional. Abordo isso no início de meu livro aqui citado, no qual me inspiro em Adorno e Horkheimer assim como na obra da socióloga norte-americana Avery F. Gordon, fontes que me fizeram apostar no que a última denomina de “assuntos fantasmáticos” (*ghostly matters*). Explorá-los abre novas portas para o passado, as quais nos podem levar a (re)vê-lo com outros olhos, mais afeitos ao que foi ignorado, mesmo porque tão temido (e até perseguido).

Pensando a tradição francesa da Sociologia, inaugurada na obra de Émile Durkheim cujas influências na sociologia de Pierre Bourdieu são evidentes, temos uma concepção mais estrutural na qual os fatos sociais se concebem a partir de uma separação radical entre indivíduo e sociedade e há pouco espaço para se pensar a ação social e a dinâmica histórica. Em oposição a essa ênfase estrutural, temos outras tradições que põem ênfase na interpretação da ação social ou na dinâmica dos processos sociais, dentre as quais podemos citar a Sociologia de Norbert Elias cujas pontes entre Sociologia e História são elemento central. Em que medida os problemas sociológicos formulados pela primeira tradição citada e centrados na díade sujeito e estrutura ainda possuem centralidade dentro da tendência crescente em pesquisas como as suas que lidam com o social e com o histórico de forma mais processual, articulando de forma interdisciplinar dimensões subjetivas e sociais?

A vertente que lida com estrutura e ação tem fragilidades como a dificuldade em tornar compreensível a mudança social. Também tende a lidar com uma concepção de sujeito simplificada. As vertentes da teoria social que buscam compreender o sentido da ação social tenderam a se articular com a história podendo, inclusive, compreender o sujeito de maneira mais afeita às descobertas da psicanálise. A forma como Judith Butler incorpora Foucault no desenvolvimento de uma teoria da regulação normativa é exemplar nesse sentido. Sem dúvida, é nessa última linha que me insiro.

Em seu livro mais recente, *O desejo da nação*, você analisa discursos científicos, literários e políticos, com destaque para a interpretação de três obras da literatura brasileira do final do século XIX, *O Ateneu*, de Raul Pompeia; *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha; e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Seu livro mostra, a partir de fontes já conhecidas, mas de maneira inédita, a emergência de um modelo de disciplinamento sexual e embranquecimento enquanto um projeto de nação. Conte-nos sobre o processo de desenvolvimento de tal tese a partir de sua experiência com pesquisa em arquivos, lidando com documentos tão diversos.

A origem de *O desejo da nação* remonta ao meu doutorado, quando me aproximei de uma perspectiva foucaultiana graças a meu orientador, José Carlos Bruni, e tive o prazer de fazer um curso sobre história e psicanálise com Irene Cardoso. Também aos meus estudos nos Estados Unidos, quando fiz doutorado-sanduíche na Universidade de Chicago sob a orientação de Sander L. Gilman, um especialista dos Estudos Culturais na interseção raça e sexualidade. Na época, meu objeto de pesquisa era a origem brasileira de Thomas Mann, o que se tornou minha tese de doutorado e um livro de iniciante: *Thomas Mann, o artista mestiço* (2003). Eu era muito jovem e travei contato com a obra, tive aulas e assisti palestras com intelectuais que aqui no Brasil ainda não eram reconhecidos, gente como Homi Bhabha, Martha Nussbaum, Edward W. Said, Eve Kosofsky Sedgwick, Judith Butler. Foi um período riquíssimo para mim, mas cuja consolidação em termos intelectuais levou anos.

De volta, após me doutorar e começar a atuar como docente, estabeleci um objetivo: incorporar criativamente tudo o que tinha aprendido para compreender melhor o Brasil. Desenvolvi uma pesquisa de pós-doutorado sobre a obra de Machado de Assis, passo importante para depois criar uma pesquisa mais abrangente intitulada *Ciências, literatura e nação*. Foi essa investigação, a qual se articulou com a de vários/as orientandos/as entre 2004 e 2009, que criou as bases para eu desenvolver a ideia para *O desejo da nação*. Enquanto meus orientandos pesquisavam cada um uma obra literária de fins do XIX eu buscava articulá-las dentro de uma questão maior: as relações inexploradas entre a política e o desejo.

Em outras palavras, eu voltava à mesma problemática que marca minhas pesquisas desde ao menos o doutorado: a dinâmica entre os ideais e os temores que moldam a vida social. A diferença está na maior maturidade intelectual, o que permitiu articular nosso rico pensamento social a fontes mais afeitas às problemáticas das diferenças. Meu objetivo foi criar uma obra sobre as memórias ignoradas das violências de gênero, sexuais

e raciais envolvidas na criação de um ideal de nação brasileira com o qual duelamos até hoje. A metodologia era o maior desafio e tive a oportunidade de fazer uma pesquisa pós-doutoral no exterior, financiada pela FAPESP, com o historiador da sexualidade (e professor de sociologia por algum tempo) David M. Halperin. A partir dessa reflexão teórico-metodológica criei um projeto de pesquisa que também foi financiado pela FAPESP, o que me levou a passar dois anos visitando os arquivos no Rio de Janeiro.

Tinha muito claro que minha investigação era histórica, mas de uma forma *sui generis*. Não tinha pretensão de historiador profissional tampouco podia reproduzir a forma mais corrente de lidar sociologicamente com os arquivos já que lidava com experiências sociais que tenderam a ser ignoradas ou minoradas. Minorar é um termo elucidativo para quem pesquisa diferenças, pois há muita informação relevante nos arquivos que raramente foi coletada ou utilizada em trabalhos históricos ou sociológicos. Muito do que foi encarado até recentemente como “anedótico” ou “secundário” é fundamental para compreender violências de gênero, sexualidade e raciais do passado.

Assim, lidar com os arquivos sob uma outra perspectiva, mais afeita à alteridade dentro deles exige articular ao trabalho investigativo histórico um olhar sociológico contemporâneo comprometido politicamente com as diferenças ainda não reconhecidas. Portanto, um olhar crítico tanto com relação à História quanto à Sociologia em seus limites metodológicos e teóricos que resultaram dessas mesmas violências e desigualdades que permaneceram até recentemente sem história ou análise sociológica. Buscar a alteridade nos arquivos foi um empreendimento reflexivo em relação aos saberes acionados para os interpelar e o resultado, *O desejo da nação*, talvez uma primeira e parcial crítica aos limites desses saberes como criação dessa mesma realidade que foi ativamente ignorada e relegada ao acessório.

Ainda em relação à *O Desejo da Nação*, comente sobre em que medida a articulação entre a História e a Sociologia lhe ajudou a compreender as configurações sociais e as escolhas contingentes dos três autores analisados.

O que me guiou na seleção das obras, além do claro recorte cronológico da virada do século XIX para o XX, foi a busca de um “arquivo” que permitisse acessar alteridades naquele período histórico. A escolha de romances foi proposital, pois neles discursos socialmente mais autorizados como os das ciências, da política e da religião conviviam relativamente tensionados. As obras romanescas permitiam acessar os regimes de representação da época servindo de ponto de confluência entre eles.

Minha busca não era pela alteridade cristalizada em alguma identidade, antes pelas diferenças que sempre emergem na vida social incomodando as tentativas de normalização ou regulação coletiva. Tentei, a partir da análise sociológica e histórica dos romances, trazer ao discurso as resistências ensaiadas mesmo que sem terem sido levadas a cabo. Investiguei vestígios de divergências sexuais em relação ao projeto de nação que se consolidava com a Abolição e a Proclamação da República, já que a maior parte da produção acadêmica as desqualificou ou silenciou.

A desqualificação e o silenciamento das diferenças como os de sexualidade, gênero e raça em nossa história se deu relegando-as ao anedótico, “pouco” relevante ou secundário em empreendimentos de pesquisa que privilegiaram a continuidade das narrativas feitas “pelo alto”, sob a perspectiva das classes superiores brancas, masculinas e heterossexuais. Mas um olhar para a história e a sociedade brasileiras construído sob a perspectiva da alteridade não pode apenas constituir um discurso de réplica, por isso é necessário evitar o apanágio de alguma identidade a guiar a investigação e focar nas dinâmicas e negociações entre as diferenças e as forças regulatórias/normalizantes. É o embate entre elas que tentei analisar em fins do século XX, situando-as – ao mesmo tempo – em termos históricos e sociológicos.

Os três autores dos romances analisados em *O desejo da nação* trouxeram a público problemáticas fundamentais para a vida social de sua época, problemáticas que conectavam desejo e política. Pompeia, Caminha e Machado de Assis exploraram, cada um à sua moda e com intuítos distintos, a maneira como desejos fora da norma vigente eram vistos pelas classes superiores como ameaça a seus ideais políticos e sociais. O desejo da nação era, portanto, um objetivo político de guiar o desejo de todos e todas no sentido do branqueamento e da moralização da coletividade segundo a imagem idealizada que nossas elites tinham de si mesmas. Busquei mostrar como este projeto político autoritário se impunha, mas também encontrava resistências nos desejos outros, os quais eram descritos como ameaça social.

No que se refere especificamente aos autores, tudo indica que Pompeia queria escrever um libelo republicano e abolicionista, mas sua obra teve recepção e consequências além de seu controle. Caminha queria polemizar, mas partilhava de visões correntes sobre raça e sexualidade. Machado de Assis, mais maduro e politicamente cético do que eles, construiu um retrato revelador sobre os fantasmas que rondavam os casamentos e as famílias de nossa elite. A despeito de tudo o que os distingue, esses três autores criaram obras-chave para compreendermos melhor o contexto de fins do XIX no Brasil no que se refere à forma como as classes superiores idealizavam a si mesmas como

as portadoras da branquitude, da moral e dos valores que guiariam o futuro do país em uma relação tensa e irresolvida com as classes populares, nas quais projetavam a negritude, o descontrole sexual e o atraso.

No caso dos romances de Pompeia e Machado é possível reconhecer os temores internos à elite. Em *O Ateneu*, é visível a incapacidade dela formar a si própria segundo seus valores e moralidade enquanto em *Dom Casmurro* até o casamento e a família ideais segundo os preceitos vigentes se revela cindida por fantasmas de traição e desejo homoerótico. Em suma, *O desejo da nação* é um livro muito simples e objetivo: seu objeto é a imaginação das elites brasileiras da virada do século XIX para o XX vista por meio de seus limites exteriores e constitutivos, ou seja, por seus fantasmas.

Voltando-nos aos teóricos, vamos tratar de Michel Foucault. Desde a publicação da obra *As palavras e as coisas*, de 1966, muitos historiadores têm criticado seu método arqueológico. Diversos debates foram travados sobre sua metodologia e a historiografia, o mais famoso deles talvez seja a polêmica levantada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg. Foucault respondeu a estas acusações, dizendo que não era um historiador de ofício, mas que sempre fez história. Conte-nos um pouco sobre sua relação com os estudos deste importante intelectual e como a teoria e a metodologia de Foucault contribuíram nas suas pesquisas sócio-históricas.

Modestamente, à minha maneira, posso afirmar o mesmo que Foucault: não sou historiador, apenas fiz pesquisas históricas. Também acrescentaria que não trabalho arqueologicamente, antes por meio de uma versão da genealogia. Li e estudei Nietzsche muito antes de conhecer a obra de Foucault e, quando comecei a lê-lo, em termos metodológicos, foi seu texto “Nietzsche, a genealogia e a história” que mais me impactou. Apesar da forte influência que tenho de Foucault, acho importante lembrar que nossa sociedade é muito distinta das que serviram de referência para o pensador francês e, historicamente, se relacionou com elas como colônia e, posteriormente, como esfera de influência do imperialismo euro-americano. Sob uma ótica pós/des-colonial é necessário “provincializar” Foucault para melhor utilizá-lo em nosso contexto. Partilho das críticas de intelectuais brasileiros/as como Mariza Corrêa, Pedro Paulo Gomes Pereira e tantos/as outros/as que mostram como é falho incorporar a obra de Foucault como “modelo” para a análise histórica ou social brasileira.

No Brasil, a biopolítica nunca se instalou nos termos estudados por ele tampouco tivemos a consolidação e disseminação de dispositivos como o de sexualidade. Sempre

observo que a cena inicial de *Vigiar e Punir*, a do suplício público, é europeia, pois se ele começa a desaparecer em fins do século XVIII por lá, aqui ele continuou a existir nos pelourinhos até a Abolição e mesmo depois dela. Basta citar a Revolta da Chibata em 1910 ou, para ser mais atual, os episódios recentes de supostos criminosos amarrados em postes em cidades como o Rio de Janeiro. Em outras palavras, é necessário situar Foucault e sua obra para melhor compreendê-la e ter como fonte teórica e metodológica em estudos sobre o Brasil. Ao terminar *O desejo da nação* constatei isso mais fortemente, um aprendizado que espero levar para futuras pesquisas.

Pode-se pensar que a obra de Michel Foucault, advinda da mesma tradição teórica que Pierre Bourdieu, tem como eixo principal a questão do assujeitamento. Sabemos que este filósofo francês foi uma referencia central na formulação da teoria queer. No entanto, com uma apropriação criativa de outros referenciais teóricos, esta corrente abre possibilidades de compreensão mais processual e fragmentária na abordagem dos vínculos entre cultura e subjetividade (pensamos aqui especialmente na formulação do conceito de *performatividade* de Judith Butler). Em que medida estas formulações oferecem uma nova visão para as problemáticas do sujeito própria da Sociologia, superando até mesmo as elaborações teóricas de Foucault?

É possível dizer que na obra de Bourdieu e Foucault predomina o estrutural, mas é importante frisar que o primeiro criou um arsenal teórico mais afeito ao estudo de relações de poder que explicam o que ele chamaria de dominação enquanto o autor de *História da Loucura* privilegiou o estudo das subalternizações e das resistências. A apropriação de Foucault pela Teoria Queer envolve esse interesse pelas práticas discursivas que constituem os sujeitos em processos que, frequentemente, também são assujeitadores. A principal diferença, no entanto, é que a Teoria Queer também bebe na psicanálise, portanto repensa o sujeito superando a dicotomia ação e estrutura, abrindo espaços para a subversão, a resignificação ou mesmo a negociação com o hegemônico. Portanto, a Teoria Queer, assim como os Estudos Pós-Coloniais (que nela se inspiram), problematizam o sujeito sociológico que permanece embutido nas vertentes canônicas da disciplina.

A oposição estrutura-ação social depende de um sujeito oculto, o qual o feminismo provou ser homem, os pós/des-coloniais que é euro-americano e a Teoria Queer vem mostrar que também é heterossexual. Assim, problematizar o sujeito é também questionar pressupostos que moldaram – e muitas vezes ainda moldam – teorias sobre o social. A

própria sociedade passa a ser repensada como um construto das ciências sociais definido por um exterior constitutivo, as diferenças anteriormente ignoradas de gênero, sexualidade e raça. Alguns poderiam dizer, mas a Sociologia já estudou raça, mas poucos percebem que foi em uma ótica que a subsumia – no caso brasileiro – à classe social e, em última instância, ao econômico. Mas a disciplina ignorou a sexualidade para além do padrão heterossexual até fins da década de 1960, portanto contribuindo para naturalizá-lo.

Quando surgiram estudos sociológicos e antropológicos sobre homossexualidades foram em termos de “minorias”, mais uma vez preservando a crença de que a sociedade e a heterossexualidade seriam sinônimos, com algumas exceções. O reconhecimento de que a heterossexualidade é compulsória e prescritiva marcando até mesmo a criação de conhecimento e a ordem política é algo muito recente. A disciplina ainda tem dificuldade em incorporar isso para além de uma área específica e delimitada, daí a importância estratégica dos estudos queer e da obra seminal de Judith Butler em particular.

Até agora refletimos sobre questões muito centradas nas duas áreas, Sociologia e História. A perspectiva dos Estudos Subalternos, originária dos Estudos Culturais britânicos, se desenvolveu em cenários institucionais muito mais interdisciplinares, dando margens a pesquisas que abrangiam temas considerados menos canônicos na Sociologia e na História. Em sua opinião, quais as perspectivas de incorporação e desenvolvimento dos Estudos Subalternos dentro de um cenário institucional tão distinto como o brasileiro?

Os saberes que já foram subalternizados e hoje podem ser chamados de insurgentes são, na minha perspectiva, o Feminismo, os Estudos Pós e Des-Coloniais e a Teoria Queer. São saberes que emergem com mais força após a década de 1960 e muito graças aos desdobramentos dos Estudos Culturais e sua expansão para além do contexto britânico. Nos Estados Unidos, em especial, eles floresceram preenchendo uma lacuna crítica deixada pelas ciências sociais canônicas. Chegaram, inclusive, a formar departamentos ou núcleos de pesquisa que começaram a disputar espaço com os tradicionais, disciplinares, em especial os de sociologia e antropologia.

No Brasil, muito provavelmente por causa do regime militar, a incorporação desses saberes começou muito lentamente e, com a exceção do feminismo, não teve o mesmo impacto. Sem impactar institucionalmente aqui como lá, o que se passou foi a manutenção de uma incorporação seletiva em que o compromisso político desses saberes duela com o

mais predominante, o disciplinar/profissional. Apenas na Bahia, em Salvador, conseguiram criar um núcleo de estudos que criou também curso de graduação e pós próprios. Na maior parte do Brasil, os núcleos de pesquisa de gênero, raça e sexualidade estão acoplados à estrutura disciplinar que os precede e – infelizmente – também os pressiona com o poder das disciplinas, as quais são mais antigas, estabelecidas e garantem o altamente desejado reconhecimento profissional.

Vejo criações curiosas aqui no Brasil, como a da Antropologia Feminista como produto desse contexto em que algumas pesquisadoras feministas ficam entre o compromisso político e a necessidade de ser reconhecida em sua disciplinaridade, ou seja, especialidade profissional. Não tenho como prever o que se passará no futuro, se os núcleos de pesquisa atuais virão a se tornar departamentos e/ou criar cursos de graduação e pós especializados, mas no cenário vigente o que existe é uma tensão irresolvida (e no fundo, sem solução) entre os saberes e as disciplinas. Oficialmente, tendem a ser mais reconhecidas as disciplinas, mas as pressões sociais e históricas das diferenças emergiram pelos saberes e não têm como serem incorporadas pelas disciplinas sem se autodestruírem.

No fundo, as disciplinas são uma forma institucionalizada de saber que adquiriu reconhecimento social na primeira metade do século XX em meio à expansão do ensino superior e a profissionalização das classes médias necessárias para a sociedade fordista tanto em termos produtivos quanto administrativos. Não por acaso, a demanda de interdisciplinaridade surge atrelada ao mundo pós-fordista, à emergência do consumo segmentado, de formas de trabalho mais flexíveis e “criativas” e, no caso dos saberes insurgentes, à emergência de demandas políticas de reconhecimento das diferenças. A manutenção das disciplinas na estrutura acadêmica deriva, na minha visão, de razões como interesses na manutenção do modelo profissionalizante das classes médias brancas e heterossexuais para os recém-chegados no sistema universitário, os não-brancos e não-heterossexuais. De forma um tanto impressionista, e propositalmente polêmica, penso se a democratização do acesso ao ensino superior não foi feita preservando a formação das classes privilegiadas e o maior desafio agora seria o de transformar a estrutura universitária quebrando divisões disciplinares, criando novos cursos e atualizando currículos. Espero que minha geração possa ver isso se dar, pois sem isso a democratização da academia ficará pela metade.

A temática da sexualidade, em especial, da crítica a heteronormatividade, basicamente é ausente na literatura sociológica brasileira. Neste sentido, suas

pesquisas podem ser consideradas pioneiras em trazer para esse campo de conhecimento tal temática, articulada com dimensões raciais, de classe e outras, redimensionando questões para outras áreas. Como você analisa sua própria trajetória profissional em um campo no qual há pouca abertura para a recepção de tais temas?

É muito curioso ser interpelado sobre isso. Talvez seja minha formação inicial fora das Ciências Sociais que pavimentou o caminho para essa trajetória, já que não incorporei cedo os hábitos profissionais e permaneci curioso sobre aspectos faltantes em tudo o que me era apresentado. Durante muito tempo, mesmo após meu doutorado, eu me sentia um estranho no ninho. Não por acaso, encontrei diálogos com profissionais mais experientes e com formação mais humanística, em especial com feministas mais afeitas às discussões de gênero, pós-estruturalistas e que incorporavam a sexualidade e o desejo em suas pesquisas. Elas que abriram espaço para eu poder trazer essas críticas que iam na contramão dos estudos sobre sexualidade que priorizavam uma linha de estudos de minorias. Criticar a heteronormatividade exige um olhar mais macro e, neste sentido, a formação sociológica ajudou.

Lembro de minhas primeiras disciplinas que envolviam essa questão, as quais atraíam os/as jovens estudantes, mas ainda eram vistas com desconfiança ou condescendência por meus colegas de trabalho. Até mesmo na esfera dos estudos de sexualidade eu era um dissidente, já que predominavam os estudos de minorias feitos na antropologia social sob uma perspectiva eclética que bebia principalmente no construtivismo social. Não consigo datar quando essa estranheza minha deixou de ser exotismo duvidoso e passou a ser levada a sério e ter alguma acolhida. De qualquer forma, ainda acho que minha pequena e modesta obra é apenas uma contribuição em um movimento maior de transformação nos paradigmas na academia brasileira. Se fui pioneiro cabe algum estudo histórico avaliar. Além disso, pioneirismos se pagam com mais obstáculos, dificuldades e dores nos bastidores da academia do que podem pensar os que veem apenas seu lado luminoso. A vida acadêmica é feita de luzes e sombras e quem lida com as temáticas com as quais tenho trabalhado conhece mais a escuridão do que os holofotes.

Em suas últimas pesquisas, embora haja uma continuidade nas discussões sobre gênero, sexualidade e raça, caras à sua trajetória profissional, vemos uma ênfase nas discussões sobre contemporaneidade e mídias digitais. Como você pensa que os

métodos e técnicas utilizados em seus estudos focados na pesquisa documental em arquivos contribuíram para o desenvolvimento de seu novo projeto sobre a etnografia das relações afetivas e sexuais contemporâneas? Comente, por favor, um pouco sobre suas novas descobertas a partir da etnografia vinculada ao mundo digital.

Apesar de focar no presente, considero fundamental continuar a buscar fontes históricas para entender o que se passa, tanto a história dessas mídias quanto do contexto social brasileiro em que elas são atualmente usadas. Não tenho certeza se classificaria a metodologia de minha investigação como etnografia pura e simplesmente. Como sociólogo, considero salutar aliar diferentes métodos em uma pesquisa e a etnografia tem suas limitações. Um bom exemplo é como ela não permite reconstituir elementos macrossociais importantes para entender como vivem as pessoas. Em minha pesquisa mais recente, em San Francisco, só compreendi os usos que homens gays faziam dos aplicativos de busca de parceiros amorosos por meio de celulares quando encontrei fontes históricas e sociológicas sobre as transformações econômicas, no trabalho e inclusive no próprio espaço urbano. A cidade passou por uma forte gentrificação nas últimas duas décadas e minha incursão etnográfica não teria como reconstitui-la apenas a partir do convívio com pessoas no campo. Em outras palavras, continuo a aliar o uso de fontes históricas na pesquisa, as quais – como nesse caso – podem vir até mesmo dos estudos urbanísticos, de mídia e da sociologia do trabalho.

Falar sobre as descobertas dessa pesquisa é ainda arriscado, mas posso destacar a forma criativa como as pessoas usam as mídias digitais, especialmente grupos historicamente subalternizados como homossexuais e mulheres. Há muito se sabe que não se trata de uma experiência “virtual”, antes que as conexões online são intrinsecamente ligadas à vida off-line e uma retroalimenta à outra. Vivemos, no presente, em um novo espaço relacional criado pelas relações mediadas, o qual se desenvolve não apenas nas telas de celulares, tablets e computadores, mas no cotidiano como um todo. Nesse novo espaço relacional há uma ampliação dos contatos e horizontes aspiracionais assim como uma intensificação das relações mais próximas. Em suma, os usos das mídias digitais não é apenas algo que se acrescenta ao já existente, ele está transformando profundamente as relações sociais e também, destaco, as próprias formas de subjetivação.

Sabemos que você teve várias experiências na academia norte-americana enquanto pesquisador visitante. Em que medida tais experiências em outro contexto

institucional mais aberto à interdisciplinaridade impactou no desenvolvimento de suas pesquisas?

O impacto foi grande e altamente positivo, mas também reconheço que lá há seus problemas. A academia norte-americana funciona de forma mais mercadológica do que a brasileira. As formas de contratação envolvem a forte inserção em redes de relações prévias dando menor espaço para alguém ser contratado apenas pela qualidade e/ou criatividade de seu trabalho. Os salários são negociados separadamente e, no mesmo departamento, há profissionais que ganham 3 ou 4 vezes do que o colega ao lado. Isso insere a todos/as em um processo constante de competição e de avaliação em termos de produtividade numérica. Passados os anos iniciais da contratação, por volta da efetivação, ao menos nas humanidades, a maioria fica sem verba de pesquisa e pode encontrar um terreno pedregoso em busca de financiamentos que aqui conseguimos com mais transparência por meios de agências de fomento públicas.

Além disso, há uma constante disputa por atenção entre os pares e a mídia especializada, uma espécie de *star system* intelectual no qual muita suposta “inovação” é rapidamente superada e/ou esquecida. O sistema norte-americano de publicação, por exemplo, é altamente voltado para o mercado. Ao contrário daqui, teses e dissertações não são reconhecidas como fontes legítimas de referência e jovens professores/as precisam escrever livros que são “formatados” por editores profissionais de maneira a serem vendidos como inovadores. Isso é perceptível no “modelo” de introdução das obras, o qual passa a impressão de que a obra está modificando profundamente uma área de pesquisa, uma promessa dificilmente cumprida ao longo dos capítulos. De qualquer forma, o poder da língua inglesa nas trocas intelectuais internacionais e da própria academia norte-americana alavanca seus profissionais disseminando sua produção pelo mundo e os tornando referência.

Trata-se de uma realidade intrinsecamente ligada à nossa subalternização e à pouca circulação do que produzimos para além das nossas fronteiras. Em especial porque mesmo as revistas “internacionais” costumam ser sediadas nos Estados Unidos ou outros países de língua inglesa assim como seus conselhos são massivamente centrados nesses centros. Assim, quando se tenta publicar um artigo nessas publicações supostamente internacionais se passa pelo crivo de uma rede de pesquisadores cujas fontes e problemáticas não são as nossas. De forma que publicar no exterior, frequentemente costuma ser um processo de incorporação dos autores/as “certos” e da “adaptação” de

questões de pesquisa a um público acadêmico outro que costuma nos ver, no máximo, como produtores de pesquisa empírica aplicada com valor restrito.

Em outras palavras, nem tudo são flores na acadêmica norte-americana.

Para finalizar, quais os caminhos que você percebe que estão sendo trilhados no sentido de desenvolver perspectivas mais interdisciplinares, considerando a História e a Sociologia, na academia brasileira atualmente?

O que me parece, mas é apenas uma impressão mesmo, é que a interdisciplinaridade tem perdido força e respeito no Brasil. Nos últimos dez anos há um claro avanço de processos disciplinadores tanto na formação de pós-graduações nessa linha mais tradicional das disciplinas e restrições para prestar concursos para professor como a exigência de título específico para ser aceito em cada departamento. Isso é ainda mais perceptível na forma como vemos jovens (e nem tão jovens) profissionais expressarem sua fidelidade a tal ou tal disciplina como se isso em si justificasse seu empreendimento investigativo, ou pior, o alcançasse a alguma almejada posição de superioridade. Na área dos estudos de sexualidade isso é muito visível e deselegante já que objeto de pesquisa não é monopólio de ninguém tampouco há consenso, felizmente, de que algum método seja o mais apropriado para conhecer. Minha posição é a do compromisso político com as diferenças e a ampliação das pesquisas nessa linha em todas as áreas e disciplinas. Devíamos aprender com o passado e não o reatualizar autoritariamente tentando impor limites e restrições para aqueles e aquelas que vem, de qualquer ponto, participar desse empreendimento inovador e politicamente promissor que é o de compreender nossa sociedade, seu passado e sua atualidade.

Entrevista realizada em abril de 2014.